

**MERCOSUL/RAADH/SGT DIVERSIDADE SEXUAL, IDENTIDADE E GÊNERO/ATA 03/08**

Realizou-se na cidade de Porto Alegre/RS, Brasil, no dia 01 de setembro de 2008, a Reunião do Subgrupo de Diversidade Sexual, Identidade e Gênero, com a presença das delegações da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai como Estados Parte e as delegações de Chile e Venezuela, como Estados Associados.

A lista das delegações participantes se encontra no **Anexo I** da presente Ata.

1) Relato sobre a incorporação da temática LGBT na Conferência Regional para a América Latina e Caribe Preparatória para a Conferência de Revisão de Durban

As delegações presentes reafirmaram a importância da articulação do MERCOSUL para o sucesso na inclusão do artigo 160 da Declaração Final da Conferência Regional. Relatou-se que houve muito conflito, mas o resultado final foi excelente.

Todos sabem, entretanto, que será difícil a negociação em 2009, devido a resistências de outras regiões com relação à temática. Neste sentido, ressaltou-se a importância deste foro para a articulação de posições comuns em foros internacionais.

2) Participação do Sub-grupo no GT de Educação e Cultura em Direitos Humanos para exposição de proposta de trabalho em conjunto

Decidiu-se que um representante do SGT fosse ao GT de Educação para defender a inclusão das questões discriminatórias nos planos nacionais de educação. Assim, um delegado argentino e um brasileiro estiveram presentes na reunião do GT de Educação para manifestar o referido interesse do SGT e foi feito o convite aos membros daquele GT para participarem, no turno da tarde, da reunião do GT de Discriminação, Racismo e Xenofobia.

3) Exposição do Guia de Ações Estratégicas para a Prevenção à Discriminação por Orientação Sexual e de Gênero

A representante da UNAIDS no Brasil, Jaqueline R. Cortes, apresentou o Guia de Ações Estratégicas para Prevenção à Discriminação por Orientação Sexual e Identidades de Gênero, realizado pela UNAIDS em parceria com o Programa DST/AIDS do Ministério da Saúde do Brasil.

Destacou, na apresentação, a relação entre questões de direitos humanos e de saúde, isto é, pessoas vulneráveis devido a sua orientação sexual e de gênero, que são afetadas de forma diferente pelas políticas públicas de saúde.

Como desafios, deve-se ampliar e intensificar as respostas à AIDS. Neste ponto, é importante que cada país estabeleça suas metas e estratégias, mas a representante da UNAIDS levanta a questão de até que ponto a "cultura" pode ser uma justificativa para a ausência de políticas? Outro desafio é



conseguir o reconhecimento do direito universal a "ter direitos": todas as pessoas são sujeitos de direitos; o estado deve, portanto, governar para todos e todas; neste sentido, deve-se garantir o reconhecimento legal das relações não heterossexuais;

Dentre os princípios orientadores, o guia estabelece a participação efetiva dos sujeitos de direitos; o repúdio a programas que procuram a "mudança compulsiva" de orientação sexual. Entre os próximos passos inclui-se a elaboração de um Plano Estratégico de Ações.

A apresentação foi muito aplaudida. Dentre os comentários, o representante do movimento LGBT do Brasil, Alexandre Boër, informou que está em curso a luta por uma lei federal de proteção aos direitos LGBTs, pois hoje apenas existem leis municipais sobre o tema.

O representante da delegação argentina informou sobre um programa argentino realizado pela INADI do Ministério da Saúde, que incorpora essas recomendações. A representante do Uruguai informou que existe um programa que atende a população com HIV/AIDS, no qual transversaliza as distintas discriminações apontadas pelo Ministério da Saúde. O representante do Paraguai informou que existe no âmbito do Ministério da Saúde uma direção para HIV/AIDS, responsável pela elaboração do plano nacional de prevenção.

O representante do Chile informou que o tema é tratado também no âmbito do Ministério da Saúde. Entretanto, considera que certos aspectos deste tema vão além da questão de saúde, como a educação. Devem-se elaborar recomendações aos Ministérios de Educação, pois trata-se de mudar concepções e percepções culturais. Ele sugere que o SGT faça recomendações para a Plenária de como traduzir este diagnóstico em medidas concretas.

Jaqueline deu a sugestão de que o Observatório Latino de Direitos Humanos faça um monitoramento do tema. Informou ainda que o Plano de Ações Estratégicas será feito regionalmente e vai nortear as ações concretas.

4) Confirmação da Diversidade Sexual no Plano de Trabalho 2008/2009 da RAADDHH.

O representante argentino apresentou o Plano de Trabalho 2008/2009, relatando os seguintes pontos de ações:

- a) Manter o funcionamento do Grupo Diversidade Sexual dependente do GT de Discriminação, Racismo e Xenofobia no âmbito da RAADDHH;
- b) Elaborar um levantamento das leis sobre discriminação LGBT dos MERCOSUL e dos Estados Associados.
- c) Elaborar uma proposta de implementação de um observatório de discriminação LGBT dos MERCOSUL e dos Estados Associados.
- d) Promover campanhas públicas unificadas na região, com foco sobre os aspectos sobre o tema que requiere tratamento prioritário.
- e) Consensuar uma posição comum para inclusão da diversidade sexual e da identidade de gênero no processo de revisão da conferência Mundial Contra o Racismo de Durban e no anteprojeto

da Convenção Interamericana contra o Racismo e Todas as Formas de Discriminação e Intolerância.

O SGT solicitou a cooperação da UNAIDS para a elaboração de material para auxiliá-lo no cumprimento de suas metas.

O representante argentino informou que, na semana do dia 25/09, haverá um congresso da Rede de Investigadores sobre Diversidade Sexual do MERCOSUL, em Montevidéu, realizado pelo FALGLBT com apoio da Universidad Complutense de Madrid (UCM). Um dos temas será HIV/AIDS. O Congresso contará com a participação de vários países da região e poderá contribuir para a execução do plano de trabalho do SGT.

Concluiu-se que o SGT está seguindo satisfatoriamente o plano de trabalho.

5) Relato sobre a 1ª Conferência LGBT realizada no Brasil

O Brasil relatou a riqueza da realização da Conferência Nacional LGBT, processo que envolveu todos os estados. A Conferência foi especial também pela participação oficial do Presidente da República, Lula da Silva, o qual se comprometeu com a temática. De muito impacto também foi o discurso do Secretário Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, Paulo Vannuchi, aliando democracia ao combate à homofobia. A SEDH/PR está criando uma coordenação e um conselho específicos para tratar do tema LGBT. Houve também uma reunião Interministerial que contou com a participação de 14 ministérios. A UNAIDS fez um DVD da Conferência, incluindo o discurso do Presidente da República, o qual foi distribuído aos participantes.

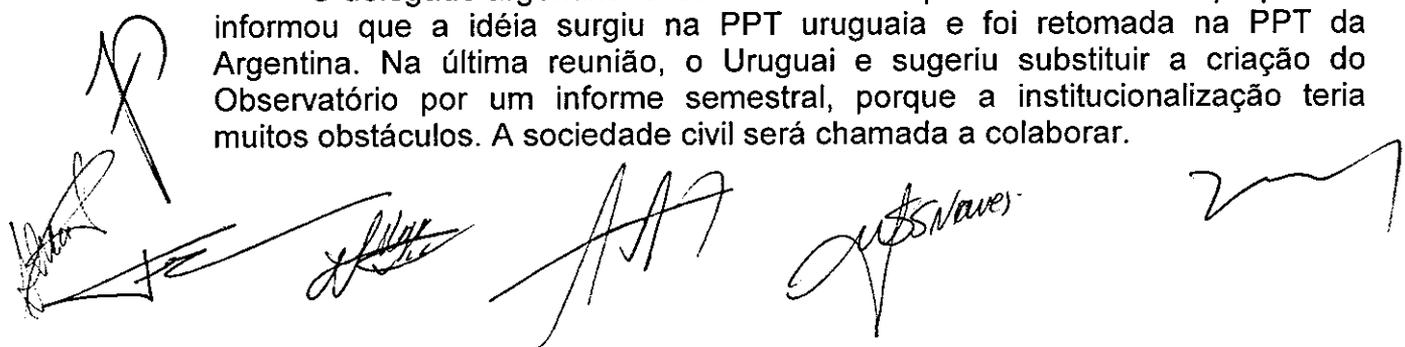
A representante do Ministério da Saúde do Brasil relatou a importância do evento para a construção de políticas públicas e destacou também a participação de parceiros de outros países da região, convidados na condição de coordenadores de programas de prevenção à DST/HIV, para impulsionar a construção de políticas comuns.

A representante da UNAIDS relatou que houve também reuniões macro-regionais, o que indica o reforço do poder mobilizador desta Conferência. Um representante da sociedade civil brasileira, da ABGLT, divide o movimento em antes e depois da Conferência. Um dos grandes resultados foi tratar o tema por todos os Ministérios integralmente. Entretanto, embora o Poder Executivo esteja mobilizado, resta o desafio da legislação, o que envolverá o Poder Legislativo.

6) Relato sobre o andamento das seguintes propostas:

a) Observatório sobre a discriminação LGBT no MERCOSUL

O delegado argentino foi convidado a recuperar o histórico da proposta e informou que a idéia surgiu na PPT uruguaia e foi retomada na PPT da Argentina. Na última reunião, o Uruguai e sugeriu substituir a criação do Observatório por um informe semestral, porque a institucionalização teria muitos obstáculos. A sociedade civil será chamada a colaborar.



Para este semestre, pretende-se adotar como experiência um relatório elaborado pela Rede de Investigadores em Diversidade do MERCOSUL coordenada pela Federação Argentina de Lésbicas, Gays, Transexuais e Bissexuais (FALGTB), com financiamento da UCM. Este será apresentado em 25/09 em Montevideu e inclui legislação institucionalizada, jurisprudência e políticas públicas. Este será trazido para a próxima reunião do SGT, como proposta de primeiro informe. O Subgrupo deverá pensar na forma de continuidade deste trabalho.

6b) Borrador de material sobre os direitos LGBT

O Brasil apresentou a proposta de se fazer uma publicação conjunta. Tendo em vista o ponto anterior, este item de agenda será adiado para ser avaliado na próxima reunião do SGT, após o conhecimento do relatório elaborado pela Rede de Investigadores em Diversidade do Mercosul.

7) Programa Interamericano para o Registro Civil universal e direito à identidade

Este ponto foi incluído por sugestão da Argentina, cujo representante fez uso da palavra, informando que o Instituto Nacional contra a Discriminação, a Xenobia e o Racismo argentino fez um estudo de proposta do Programa Interamericano para o Registro Civil Universal e Direito à Identidade da Organização dos Estados Americanos (OEA). As delegações se comprometeram a estudar o documento e trazer, na próxima reunião, sugestões para a inclusão do tema.

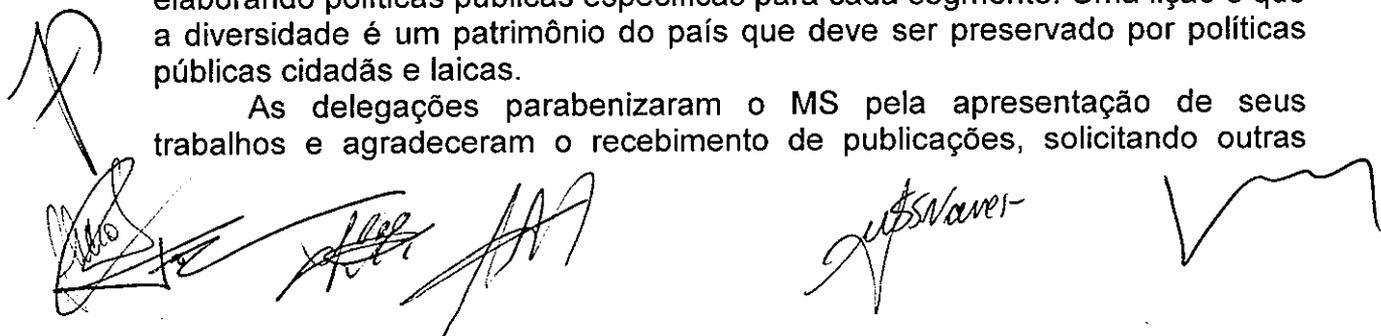
8) Breve apresentação do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação do Brasil

A PPTB convidou o Ministério da Saúde (MS), devido a seu trabalho no combate à homofobia, para relatar suas políticas públicas, bem como o Ministério da Educação (MEC), devido a seu papel estratégico no combate à discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. A proposta é que os Estados Membros do MERCOSUL e Associados compartilhem experiências e desenvolvam ações conjuntas nestes temas.

A representante do Programa Nacional DST/AIDS do MS, Karen Bruck, disse que o enfrentamento da epidemia de HIV não tem fronteiras e os países da América Latina são parceiros-chave. Há 25 anos, a Saúde dialoga com grupos LGBT, por estes terem sido alvo da epidemia de HIV, desde seu início. O sucesso do programa brasileiro se deve, em grande parte, a este diálogo.

Um dos avanços foi reconhecer os aspectos sociais da epidemia. Durante muitos anos, a sigla GLBTBT foi utilizada como um grupo homogêneo. Atualmente, o MS trabalha de acordo com as diferentes vulnerabilidades elaborando políticas públicas específicas para cada segmento. Uma lição é que a diversidade é um patrimônio do país que deve ser preservado por políticas públicas cidadãs e laicas.

As delegações parabenizaram o MS pela apresentação de seus trabalhos e agradeceram o recebimento de publicações, solicitando outras



publicações citadas durante a exposição. A representante do Ministério da Saúde se comprometeu a participar da próxima reunião e trazer novos resultados.

Acordou-se, a partir de sugestões do representante da Venezuela e da representante da UNAIDS, envolver a OIT e órgãos competentes sobre o tema de relações de trabalho para tratar da discriminação devido à orientação sexual e por gênero.

O representante da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do MEC, Rogério Junqueira, relatou que a institucionalização da agenda da diversidade sexual se deu em 2004, na criação do Programa Brasil Sem Homofobia. Uma dificuldade é que poucas experiências e materiais tratam de diversidade sexual na situação específica da escola. Ademais, não há indicadores sobre o impacto da homofobia no desenvolvimento escolar, cuja importância é evidenciada no momento de negociar financiamento de programas específicos.

O Sr. Junqueira ressaltou que o fortalecimento dos movimentos sociais é fundamental para a consolidação desta agenda no MEC e que se trata do setor mais excluído da história, em proporção de analfabetos. O representante concluiu afirmando que uma escola livre de homofobia e de discriminação é uma escola melhor para todas as pessoas.

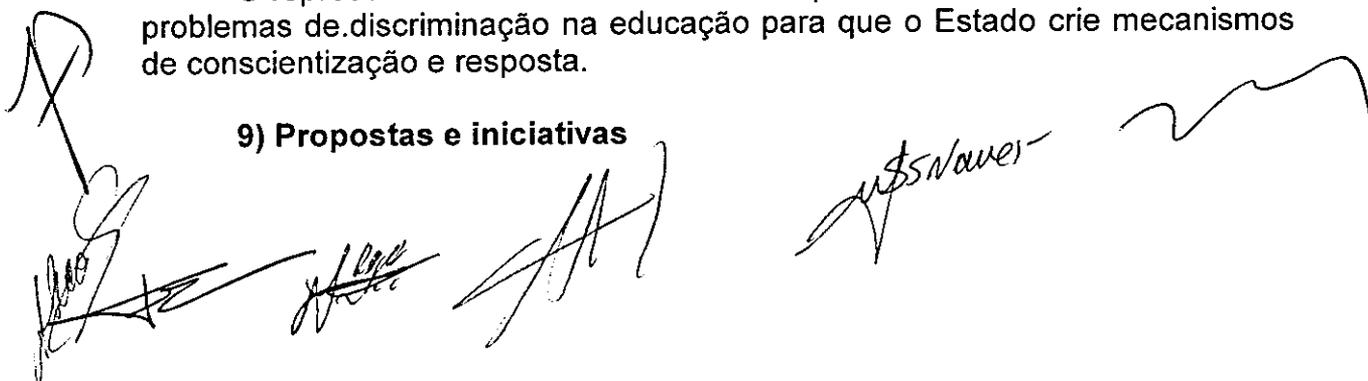
A representante do Uruguai relatou sobre programa para educadores, chamado, 1000 Promotores ou DDHH, onde um dos temas é a discriminação apontada pelos educadores. Lembrou ainda, sobre o projeto de um Plano de Educação em discussão no Parlamento compartilham dos mesmos desafios apresentados pelo Brasil.

O representante da Argentina informou que aprovaram a nova lei da educação, que inclui a educação sexual. Em este marco, se criou uma comissão para desenvolver os conteúdos curriculares. O INADI está desenvolvendo conteúdos sobre diversidade sexual. Entretanto, há problemas porque alguns municípios não incluem este tema em suas ações. O INADI está fazendo pesquisas em cada província para realizar um mapa da discriminação no país. Nestas pesquisas, surge o resultado de que as escolas são um dos lugares de maior discriminação; algumas secretarias de educação resolveram que as pessoas trans sejam nomeadas pelo nome de sua escolha, enquanto se discute no Congresso a lei de identidade que permite a opção do nome. Comprometeu-se a trazer materiais para a próxima reunião.

O representante do Paraguai relatou sobre o Informe Final da Comissão de Verdade e Justiça do país, recentemente concluído. Uma de suas recomendações é a elaboração do Plano Nacional de Ação em Direitos Humanos.

O representante do Chile destacou a importância do reconhecimento dos problemas de discriminação na educação para que o Estado crie mecanismos de conscientização e resposta.

9) Propostas e iniciativas





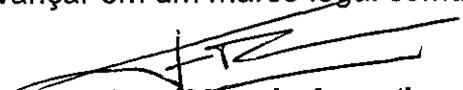
A representante do Uruguai sugeriu que cada país fizesse um informe sobre suas experiências na educação para a diversidade sexual e de gênero.

O representante do Chile sugeriu que os delegados presentes trouxessem relatos sobre iniciativas de políticas públicas nos campos da saúde, da educação, e, no próximo semestre, incorporar a justiça e a cultura, por exemplo. Neste sentido, sugere o prosseguimento da colaboração entre os GTs da RAADH, por exemplo, o GT de Indicadores em DESC.

O representante da Argentina informou sobre a aprovação de uma resolução de direito à pensão para casais de mesmo sexo e de uma lei para garantir a cobertura de políticas sociais para esses casais. Uma fonte de preocupação é o direito à adoção por casais de mesmo sexo. Assim, o representante argentino sugeriu que o SGT discutisse o tema em alguma reunião futura.

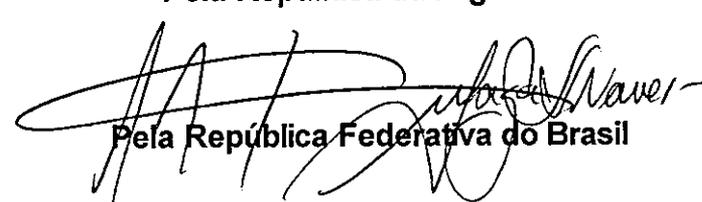
O representante da Comissão Internacional dos Direitos Humanos para Gays e Lésbicas, Marcelo Ferreyra, informou que na assembléia da OEA se aprovou uma resolução sobre "Direitos humanos, orientação sexual e identidade de gênero", fruto, em parte, da coordenação de esforços neste SGT da RAADH. Ademais, distribuiu aos presentes uma proposta criada por um grupo de trabalho de organizações da sociedade civil no âmbito da ONU para que se forme um "Ponto Focal em Perspectiva de Gênero" (PFPG) com ênfase especial na violência contra as mulheres no Conselho de Direitos Humanos da ONU. Solicitou que este SGT eleve esta proposta para a RAADH. Acordou-se que todos analisariam o documento para a próxima reunião. Em terceiro lugar, distribuiu um documento sobre a Campanha pela Convenção dos Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, que será analisado pelas delegações para debater formas de apoio à campanha.

O representante da organização da sociedade civil brasileira ABGLT, Alexandre Böer, sugeriu o diálogo com o Parlamento MERCOSUL para avançar em um marco legal comum.



Pela República da Argentina

Pela República da Bolívia



Pela República Federativa do Brasil



Pela República do Chile

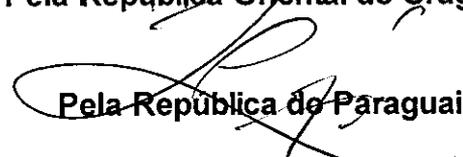
Pela República Boliviana da
Venezuela



Pela República Oriental do Uruguai



Pela República Boliviana da
Venezuela



Pela República do Paraguai